

Dossiê: Políticas Públicas, Lugares da Memória e os sentidos da cultura

Organização: Prof. Luiz Henrique Assis Garcia (ECI/UFMG) e Profa. Rita Lages Rodrigues (EBA/UFMG)

Apresentação

Vivemos atualmente um momento de grande instabilidade institucional e política, sem um investimento social consistente e duradouro para a consolidação e democratização dos chamados “lugares da memória”. Não há, tampouco, definição clara acerca da percepção dos sentidos da Cultura, em suas diversas dimensões, no âmbito das políticas públicas. Tantas indefinições acabam reverberando em embates públicos em torno das políticas públicas, como as acusações controversas lançadas sobre alguns dos artistas que realizam projetos através das Leis de Incentivo, ou na tentativa do atual governo de reincorporação do MinC ao MEC, devidamente rechaçada e impedida por ocupações e mobilizações em 2016.

As distorções crônicas de mecanismos de financiamento inadequados, problemas de infraestrutura até mesmo nas instituições consagradas, a inadequação de recursos humanos e a concentração regional dos investimentos perduram como problemas. Certa abordagem em voga, predominantemente mercadológica, direciona os recursos de maior monta para a promoção de grandes eventos, espaços culturais espetacularizados e atrações turísticas, relegando as coleções públicas a um segundo plano.

Diante deste quadro acreditamos que é de suma importância reunir investigações que refletem sobre a elaboração, condução e avaliação de ações, projetos, programas e políticas públicas no âmbito do Patrimônio Cultural e da Memória Social. No texto de abertura do Dossiê, *“É esse conjunto que importa preservar, no seu todo”*: o patrimônio nacional sob o imperativo estético, Denis Tavares faz um balanço crítico das ações de preservação e de tombamento concentradas nos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras durante a chamada ‘fase heroica’ do SPHAN, examinando através de densa documentação os embates que conformaram uma política escudada em critérios estilísticos, propensa a produzir uma paisagem estática e pouco permeável à participação de boa parte dos cidadãos cuja vida afetava diretamente. Sua contribuição ajuda a entender o caráter construído e os detalhes da implementação das normas oficiais, enquanto revela questionamentos que partiam de agentes sociais locais. Perceber e dialogar com esses outros agentes é hoje um imperativo para as políticas de Patrimônio. Justamente por isso é relevante situar a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, concomitante à retomada da democracia no país. Em *Nas dimensões da cultura: os projetos culturais no Brasil e a construção do Ministério da Cultura de 1985*, Luciana Mendes dos Santos aborda a decisão de dotar o estado brasileiro de um órgão adequado a conduzir políticas e apoiar as ações culturais com maior autonomia e eficiência, sem descuidar de pontuar marcos históricos que lhe antecederam e de pensar a configuração das políticas culturais no Brasil à de estudos sociológicos e antropológicos dedicados a compreendê-las no quadro envolvente da modernidade e da construção dos Estados Nacionais. A estruturação do ministério nos anos seguintes mostrou-se tarefa difícil, como a autora evidencia ao adentrar o período de atuação de Celso Furtado como ministro. As dificuldades advindas de seu baixo orçamento e constantes cortes motivaram a adoção do mecanismo de renúncia fiscal, inicialmente a chamada Lei Sarney (1986) e posteriormente a Lei Rouanet (1991). A partir daí conformou-se uma política de financiamento bastante conformada às necessidades do

mercado. Nesse contexto houve expansão de eventos e melhores em instituições e setores que souberam adaptar-se aos novos mecanismos. O artigo detecta cirurgicamente as contradições dessa passagem em que a expectativa de democratização da cultura enredou-se no avanço das ideias neoliberais que convertem em consumidor o cidadão - ainda um projeto numa sociedade que historicamente encara direitos como privilégios.

A partir dos anos 1980, com a redemocratização, ações referentes ao patrimônio cultural das cidades, com a efetivação, inclusive, de políticas públicas municipais, incluindo a criação de conselhos municipais de cultura, deslocam os olhares e as práticas do patrimônio para o local, incorporando questões relacionadas à cidadania. Os lugares de cultura são, assim, compreendidos como lugares em contenda, aparecendo a memória como um valor a ser disputado, como nos apontam os autores do artigo *Praça da Estação e Rua da Bahia: lugares e discursos em disputa no patrimônio de Belo Horizonte a partir da década de 1980*. No texto, Elena Lucía Rivero e João Marcos Veiga lançam-se no instigante trabalho de recuperar parte da trajetória de ações, proposições e implementações de projetos para a Praça da Estação e Rua da Bahia entre a década de 1980 e a primeira década do século XXI, a partir de um entrecruzamento do que se descobriu em fontes referentes aos projetos de remodelamento dos espaços pesquisados e de conceitos teóricos como “referencial perdido”, “maquinaria patrimonial” e “gentrificação”. A relação temporal existente na disputa pela memória é abordada, observando-se a construção de um passado oficial e o significado dessas ações oficiais no presente e futuro da cidade, frisando a percepção do patrimônio como socialmente construído e não como algo dado em si.

Outro ponto essencial referente ao Patrimônio Cultural e à Memória Social é a Educação patrimonial, foco de dois dos artigos aqui apresentados. A educação patrimonial pode proporcionar mudanças na percepção da existência dos bens e em sua relação com as pessoas e com a comunidade, de modo crítico. O primeiro, *Patrimônio, Memória e Cultura: A Educação Patrimonial como Instrumento de Valorização do Patrimônio Industrial*, de autoria de Ronaldo André Rodrigues, estuda um projeto junto à parcela jovem da população da cidade de João Monlevade, interior de Minas Gerais (Brasil), a partir do qual os adolescentes vivenciaram uma experiência de identificação de elementos simbólicos cuja origem remete ao patrimônio industrial de empresa, fundamental para a compreensão do espaço e das relações sociais contemporâneas no município que habitam. O patrimônio industrial revela-se como parte essencial da existência dos estudantes, filhos e netos de trabalhadores das indústrias. O segundo artigo, *O ensino sobre Preservação do Patrimônio Cultural: Aplicando a Função Social da Escola*, também apresenta o estudo de uma experiência relacionada à educação patrimonial relacionada à Estação Ferroviária do Boqueirão, localizada na região dos Campos Gerais, Paraná. Os autores Talita Seniuk e João André Nascimento Ribas, com a realização de oficina sobre patrimônio cultural com estudantes de escola de ensino fundamental, buscaram apresentar o bem cultural em foco na oficina e apreender algumas percepções dos discentes. Ambos os artigos apontam interessantes reflexões sobre a importância da realização de ações junto à comunidade para a compreensão de bens específicos e da preservação patrimonial.

Na virada para os anos 2000, particularmente no governo Lula, o MinC passou por ampliação de sua estrutura e adotou um protagonismo maior, somando às Leis de Incentivo iniciativas como, por exemplo, a criação dos Pontos de Cultura, do IBRAM e

da Política Nacional de Cultura. Naquele período ganharam corpo políticas de patrimonialização que traziam inovações metodológicas - como o registro de bens culturais de natureza imaterial - ao mesmo tempo em que consolidavam a atenção para com manifestações culturais expressivas das camadas populares perpetuadas através de tradições e vida comunitária. O artigo *Os reflexos da urbanização, do associativismo e da patrimonialização no espaço de produção das panelas de bairro de Goiabeiras*, de Simone Campos Pires, é justamente um relato de caso de revalidação de Registro, sob seu olhar de arquiteta e urbanista. A análise que faz do material colhido em campo, através de entrevistas que se complementam em percepções decorrentes do convívio com as artesãs, revela o quadro de dificuldades e transformações em torno do ofício, mostrando que é preciso considerar os modos de fazer em contextos que mudam e provocam adaptações e arranjos. Evidencia assim que material e imaterial não se dissociam na vida social, e que essas atividades tradicionais não existem fora do tempo e do espaço. Ao discutir em detalhe os efeitos da urbanização e da organização associativa, materializados na construção de um galpão que afeta a realização de seu trabalho em distintos espaços de produção, a autora aponta a necessidade de políticas públicas de Cultura em constante reavaliação, capazes de considerar os desdobramentos imprevistos de sua execução e reajustar-se considerando as vozes de pessoas que elas mesmas podem ter silenciado.

Fechando o Dossiê, Renata Silva Almendra reflete em *Museus, modernidade e colonialidade* sobre as instituições museológicas no contexto da modernidade e os novos rumos tomados pelos museus nas últimas décadas a partir dos debates Pós-Coloniais, Decoloniais e da Museologia Social. A perspectiva crítica do artigo sobre as construções das identidades nacionais e do eurocentrismo imposto pelo empreendimento colonial dialoga, num escopo espacial e historicamente mais amplo com a avaliação das políticas públicas de cultura, no recorte do campo museológico. A trajetória das instituições e os embates epistemológicos desencadeados especialmente desde os anos 1970 revelam o alargamento conceitual e o surgimento de novas metodologias e processos de musealização e patrimonialização, frutos de questionamentos muitas vezes lançados por sujeitos postados às margens da história e do globo. Destaca-se aí o conjunto de concepções e práticas encampadas pela chamada Museologia Social, cujo avanço no cenário brasileiro a autora capta bem, constando a diversidade de museus comunitários e afins, bem como de redes de memória associados a grupos e movimentos sociais que afirmam seu protagonismo elaborando suas próprias narrativas históricas e fazendo o levantamento de seus próprios bens patrimoniais. O tema das identidades, caro a vários dos trabalhos que reunimos aqui, é fulcral para pensar políticas que garantam direitos a serem exercidos por pessoas diversas mas na perspectiva de compartilhá-los coletivamente. Assim, não há dúvida de que as políticas públicas de Cultura e Memória são componentes vitais para a construção de uma sociedade democrática e plural. O nosso intuito ao propor o Dossiê foi justamente promover reflexões que enfatizassem sua importância nesse momento crítico.